STF: o que precisa melhorar?

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia

O Supremo Tribunal Federal (STF), como instituição republicana, tem cumprido um papel absolutamente decisivo na defesa do Estado de direito democrático. Sempre que há alguma tentativa do Poder Executivo ou do Poder Legislativo de atuar fora das quatro linhas apresentando medidas e propostas que ferem a Constituição, lá está o Supremo para impedir.

Nas últimas décadas, não foram poucas as ocasiões em que isso aconteceu, mas a Corte, quando acionada, correspondeu ao que se espera de uma instituição republicana, cujo papel é salvaguardar a Carta Magna. É natural que as decisões do Supremo sobre temas polêmicos na sociedade acabem por contrariar alguns segmentos enquanto agradam a outros tantos. Isso é do jogo. O fundamental é manter o princípio de que qualquer decisão tomada precisa ser respeitada.

É bom ressaltar que, desde a redemocratização, os presidentes eleitos tiveram a oportunidade de fazer diversas indicações que foram submetidas ao Senado, sendo todas elas aprovadas: Collor (4), Itamar (1), FHC (3), Lula (8), Dilma (5), Temer (1) e Bolsonaro (2). Com isso, tivemos várias composições nas 11 cadeiras que compõem seu plenário.

Em 2002, houve uma mudança importante. A partir de agosto daquele ano as sessões passaram a ser transmitidas ao vivo pela TV Justiça. No primeiro momento, tal decisão foi muito bem recebida pela sociedade como um sinal de maior transparência. Porém, hoje há questionamentos, um vez que a maioria dos ministros passou a usufruir de uma visibilidade semelhante à de celebridades. Boa parte dos integrantes adotou um comportamento em que não escondem o apetite quase voraz por holofotes, seja no momento em que proferem longuíssimos votos, seja quando travam debates que muitas vezes se assemelham a uma luta no ringue.

Assim, seria interessante um passo atrás, passando a adotar o modelo da Suprema Corte dos Estados Unidos, em que a sociedade tem conhecimento da decisão tomada pelo colegiado sem a divulgação do voto de cada juiz. Aliás, poderíamos também mudar o título de ministro para juiz no caso brasileiro.

Entretanto, há situações mais graves que precisam ser criticadas firmemente. Na semana passada, a mídia noticiou que Kassio Nunes Marques fez uma viagem ao exterior com as despesas bancadas por um advogado. O tour incluiu a final da Liga dos Campeões, Roland Garros e GP de Mônaco. O custo da viagem foi de, pelo menos, R$ 250 mil. O ministro fez a viagem na companhia de pelo menos um de seus filhos.

A aeronave, de prefixo PR-XXI, é um luxuoso Citation X que tem como sócio o advogado Vinícius Peixoto Gonçalves, que atua em processos em curso no STF e foi denunciado pelo Ministério Público Federal como operador financeiro do ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão. O nome dele apareceu nas investigações sobre pagamentos de propina relacionados às obras da usina nuclear de Angra 3.

Outra situação absolutamente condenável é vermos o ministro Gilmar Mendes ser proprietário de uma instituição educacional, o IDP. Isso, por si só, já soa estranho, mas, por meio do IDP, ele vive a promover eventos em Portugal, em períodos de funcionamento regular do STF. Nessas ocasiões, ele convida lideranças políticas, empresários, parlamentares, advogados e membros do Poder Executivo com a justificativa de serem seminários técnicos para discutir alguma questão relevante. Só que na realidade são verdadeiros convescotes voltados a negociações políticas.

Ora, o que a maioria da sociedade espera de integrantes da mais alta corte do país é que sejam tecnicamente competentes, tenham reputação ilibada e adotem um comportamento de sobriedade em sintonia com o cargo que ocupam e a função que desempenham. Vivemos uma conjuntura em que a extrema direita bolsonarista, sob a liderança do presidente, vem desferindo uma série de ataques ao STF. É evidente que precisamos reafirmar a defesa inconteste da instituição, um dos pilares da República.

O problema é que comportamentos inadequados como os citados acima acabam por jogar lenha na fogueira ateada por quem não tem compromisso com a democracia. Por isso, os verdadeiros democratas devem ser os primeiros a fazer as críticas a esses desvios. Em outras palavras, para defender a instituição não se pode passar pano nos erros, sob pena de vermos crescer o sentimento contrário à instituição.

Na atual composição da Corte, temos um bom exemplo que deveria ser seguido. Refiro-me à ministra Rosa Weber. Discrição, comedimento e temperança são suas marcas. Ah, se todos fossem iguais a ela.

Vamos continuar caindo

» GILSON ESTEVES
Engenheiro eletrônico e CEO da Tecnosenior

O 24 de junho consta no Calendário da Saúde do Ministério da Saúde (MS) como o Dia Mundial de Prevenção de Quedas. Criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a data serve para alertar pessoas de todas as idades, mas principalmente os idosos sobre os riscos de queda. Devemos aproveitar a data para divulgar o quão comuns e perigosas são as quedas em idosos. A ponto de ser tratada como pandemia pela OMS.

Uma estimativa feita pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) aponta que entre 32% e 42% dos idosos com mais de 75 anos sofrem com quedas, enquanto os idosos com mais de 65 anos permanecem na faixa entre 28% e 35%. Para complementar esses dados da SBGG a respeito da geração platinada, trago um estudo publicado pela *Revista de Saúde Pública*, de São Paulo, em 2002. Na ocasião, a pesquisa revelou que 31% dos idosos disseram ter caído no ano anterior ao levantamento, e 11% afirmaram ter sofrido duas ou mais quedas.

Ao procurarmos na internet sobre quedas de idosos, a quantidade de artigos encontrados será assombrosa. Quase a totalidade fala na prevenção de quedas e, consequentemente, nas causas e como preveni-las. Evitar as quedas é o mais importante, e isso pode ser feito de diferentes formas: priorizar a segurança da casa, removendo os objetos que podem causar quedas; exercitar a musculatura; e tomar mais cuidado quando estamos sob o efeito de alguma medicação que pode influenciar no equilíbrio.

A realidade, porém, é que mesmo que se tomem todos os cuidados, existirá uma grande probabilidade de pessoas com mais idade caírem. Tão simples como sabemos que uma criança aprendendo andar, ou nas brincadeira infantis, cairá certamente. Já caímos muito — quando crianças — e ainda vamos continuar caindo, mesmo na velhice.

Assim, devemos levar em consideração as principais diferenças na queda de um idoso na comparação com a de uma criança. Conseguir levantar. Chamar ajuda. E, principalmente, ter alguém por perto para acudir. Crianças pequenas mal começam a berrar depois de uma queda e já vem um adulto correndo para ver o que aconteceu. Os traumas em uma criança que cai são muito menores do que os de um idoso. Mas o mais importante é a agilidade de conseguir levantar e pedir ajuda.

Com o aumento da longevidade e idosos cada vez mais independentes e saudáveis, é compreensível que queiram continuar morando em suas casas, sozinhos, com o cônjuge ou um familiar. Esse desejo de continuar em suas casas gerou um movimento que está ganhando força em todo o mundo, chamado de Aging in Place (envelhecimento no local). O conceito foi muito bem retratado em 2009, no clássico filme da *Disney Up — Altas aventuras*, ao contar a história de Carl Fredricksen que, aos 78 anos, está prestes a perder a casa em que sempre viveu com a esposa.

Mesmo morando na companhia de mais uma pessoa, o idoso nem sempre terá alguém ao seu lado durante 24 horas. Em uma eventual situação de queda, ele poderá não conseguir levantar (ou terá sérias dificuldades) nem conseguir chamar ajuda. Somente o fato de permanecer no chão pode acarretar uma série de consequências graves, como atraso na recuperação, sequelas e, eventualmente, até levar o idoso a óbito.

"O fulano caiu duro", para expressar a morte de alguém, era uma gíria muito usada antigamente. Quando falam na morte por quedas, na maioria das vezes, a pessoa não cai morta. Ela morre por consequência da queda. E o falecimento está diretamente relacionado ao tempo em que ela permanece no chão. Cair sozinho mata.

Nos Estados Unidos, um terço dos idosos que caem permanecem no chão por mais de uma hora, trazendo complicações de saúde que resultarão na morte de mais da metade dessa proporção. A morte devido a quedas para adultos com mais de 60 anos nos EUA aumentou 30% de 2007 para 2016. Se as taxas continuarem crescendo nessa ordem, em 2030 teremos sete mortes por queda a cada hora. Esses números não são muito diferentes da realidade no Brasil. Em 2012, uma pesquisa da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo revelou que morriam quatro idosos por dia em consequência de quedas da própria altura. Repetindo: por dia.

De acordo com a equipe de Geriatria do Hospital Sírio-Libanês, a queda é a principal causa de morte acidental entre os idosos e é considerada um problema de saúde pública. As quedas de idosos estão entre as principais ocorrências atendidas pelo Hospital de Pronto Socorro (HPS) de Porto Alegre. No período compreendido entre 1º de janeiro e 24 de junho de 2021, foram 1.704 casos com vítimas acima dos 65 anos, dos quais 22 faleceram.

Ao encontro do que representa a conscientização trazida pelo Dia Mundial de Prevenção de Quedas, destaco, também, a contribuição que vem sendo dada por meio da tecnologia, a qual oferece diversos dispositivos focados na assistência dos idosos em situações de emergência. Lembrem-se: todos nós caímos, mas o importante é conseguir receber ajuda. Cada segundo importa porque uma coisa é certa: vamos continuar caindo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Que venham as CPIs

Existe razão de sobra para que apenas uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) seja instalada no Congresso, justamente a que investigará o Ministério da Educação. A outra, relativa à Petrobras ficará para o dia de São Nunca. Os motivos são óbvios. Ao pretender investigar a pasta da Educação, o alvo pode ser, diretamente o presidente da República. Investigar a Petrobras, mesmo que tenha como objetivo os elevados preços dos combustíveis, poderá, no decorrer dos trabalhos e dado o clima de intensa polarização política, descambar para questões relativas ao Petrolão e à gestão petista no comando da estatal.

De qualquer forma, experiências passadas demonstram que CPIs, sejam quais forem, começam numa toada lenta e acabam em desabalada agitação, indiciando até o porteiro. De qualquer forma, caso a CPI da Educação aconteça, nestes poucos meses que antecedem às eleições gerais, os prognósticos, embora impossíveis de serem previstos, apontam para desgastes profundos, tanto da situação quanto da oposição.

Uma das razões é que no que diz respeito à gestão petista, de modo geral, onde quer que a enxada prospectora atinja o solo, dali sairá grande quantidade de minhocas, todas elas dispostas a contar o que viram. É bom os parlamentares que apoiam o governo providenciarem material que poderão usar para desvendar o desastre que foi a área de educação, durante a era petista, com o sucateamento das universidades, violência nas escolas, o conto do vigário do caso do Fundeb e até com relação ao aumento do analfabetismo no país.

Há material de sobra relatando a era petista na educação, que falam da grande evasão escolar, dos números fictícios apresentados naquele período, da criação de universidades fantasmas, dos cabides de emprego nessa pasta. Em 2010, pouco antes de Lula deixar a Presidência, jornais de todo o país, davam conta de que 21 estados deixaram de aplicar mais de R$ 1,2 bilhão no ensino básico. O dinheiro, que iria para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, (Fundeb) foi desviado e acabou sendo destinado para outras atividades distantes da educação.

Durante aquele governo, as universidades públicas foram invadidas, ou como eles diziam na época, "ocupadas", 176 vezes. Nessas invasões, dezenas de reitorias, por todo o país, foram tomadas de assalto, com estudantes pressionando pela demissão de reitores, com aulas paralisadas, planfetarismos, pichações de instalações, ameaças de professores que se recusavam a seguir a cartilha gramsciana pregada pelo PT e outras barbaridades.

Nesse período os funcionários de mais de 40 universidades entraram em greve por tempo indefinido. As paralisações de aulas eram uma constante, com semestres inteiros sendo perdidos, tudo isso sem contar nessa fase, centenas de professores entraram com pedido de aposentadoria ou de afastamento da cátedra por medo das incertezas quanto ao futuro.

Ensino, pesquisa e extensão, atividades fundamentais nas universidades, tiveram nessa fase conturbada em que as greves de professores, de funcionários e outros eram uma constante, seu menor índice de aproveitamento. Muitos educadores falam desse período como a era perdida. Que venha a CPI que vier, o material é farto para testemunhar o caos experienciado tanto na estatal do petróleo, como na educação em outras eras.

» A frase que foi pronunciada

"Se você pega um cão faminto e lhe dá um bom trato, ele não morderá você. Essa é a principal diferença entre os homens e os cachorros."

Mark Twain

Ponto cego

» Faixas de pedestres e lombadas estão completamente invisíveis pela cidade. Na N2 e S2 é um susto atrás do outro pela falta de visibilidade. Em tempo de estiagem, vale o investimento no visual da cidade.

Perigo constante

» Os setores hospitalares da cidade deveriam ser exemplo de limpeza e acessibilidade. Não é o caso.

De graça na feira

» Querido de toda a gente, Geraldo Vasconcelos, pioneiro da cidade, chegou à Feira do Livro para doar exemplares do seu último livro *Transformando o impossível em possível*, escrito com Sueli Navarro Vasconcelos. O resultado foi o esperado. A primeira banca pegou todos. Afinal, o livro é uma inspiração para quem quer enriquecer trabalhando.

Informe

» Em 2022, o 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação será organizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, de 5 a 9 de setembro de 2022, e terá como tema *Ciências da Comunicação contra a Desinformação*.

» História de Brasília

Falta chegar, quanto antes, ao setor residencial HP3 e HP5, que são os grandes prejudicados no Plano Pilôto. AC. (**Publicada em 1/3/1962**)